

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.616 - RJ (2019/0245657-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A**
ADVOGADOS : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO E OUTRO(S) - RJ081852**
LEONARDO FERREIRA LÖFFLER - RJ148445
ANA FLÁVIA DOS SANTOS RIGOTO FERREIRA - RJ179845
AGRAVADO : **MARLEIDE PACIFICO DA SILVA LESSA**
ADVOGADOS : **AUXILI IVONE PIMENTEL E VIANNA E OUTRO(S) - RJ065799**
MAURO PORTO E VIANNA - RJ072768

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. 1. PARTE AGRAVANTE QUE REBATEU, AINDA QUE SUCINTAMENTE, OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. 2. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ARGUMENTOS GENÉRICOS. SÚMULA 284/STF. 3. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 4. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. EXCLUDENTE DO NEXO DE CAUSALIDADE. COMPROVAÇÃO. LUCROS CESSANTES. POSSIBILIDADE. REVISÃO. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. 5. VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO COM RAZOABILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 6. AGRAVO CONHECIDO, MEDIANTE JUÍZO DE RETRATAÇÃO, PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Na origem, Marleide Pacífico da Silva Lessa ajuizou ação indenizatória contra Ampla Energia e Serviços S.A., objetivando o ressarcimento de danos materiais e morais devido a incêndio na rede elétrica de seu prédio, onde possui uma loja, o qual teria ocorrido no momento em que os prepostos da ré trabalhavam no medidor e energia, ocasionando a perda de parte de seu material de trabalho, do correspondente fundo de comércio e a interrupção de suas atividades.

O Juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido para condenar a ré ao pagamento de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais) por danos materiais e de R\$

15.000,00 (quinze mil reais) a título de danos morais, assim como ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da condenação (e-STJ, fls. 326-328).

Interposto recurso de apelação pela requerida, a Décima Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu, por unanimidade, dar parcial provimento ao apelo, em aresto assim ementado (e-STJ, fl. 374):

APELAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. INCÊNDIO PROVOCADO POR PREPOSTOS DA CONCESSIONÁRIA RÉ EM PRÉDIO NO QUAL A AUTORA DESENVOLVIA A ATIVIDADE DE SALÃO DE BELEZA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. CONDENÇÃO DA RÉ NA REPARAÇÃO PELOS DANOS EMERGENTES, LUCROS CESSANTES E LESÃO EXTRAPATRIMONIAL. IRRESIGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO ART. 37, §6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DO ART. 14, DO CDC. DANO E NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADOS. PROVA TÉCNICA JUDICIAL, UNÍSSONA AOS LAUDOS DA POLÍCIA CIVIL E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, QUE ATRIBUIU À IMPERÍCIA DOS PROPOSTOS DA CONCESSIONÁRIA A CAUSA DO EVENTO DANOSO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER EXCLUDENTE DE ILICITUDE. PREJUÍZOS MATERIAIS QUE DEVEM SER COMPROVADOS, INADMITINDO-SE O RECONHECIMENTO DE DANOS HIPOTÉTICOS, DEMONSTRADOS MEDIANTE OS RECIBOS ACOSTADOS, OS GASTOS REFERENTES AO ALUGUEL DE ESPAÇO PARA A GUARDA DO MOBILIÁRIO. AUSÊNCIA DE PROVA, NO ENTANTO, DOS VALORES CONCERNENTES AOS ALUGUERES DO IMÓVEL INUTILIZADO, A JUSTIFICAR, DESSE MODO, A IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO, EM TAL ASPECTO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CONTÁBEIS APTOS À AFERIÇÃO DO *QUANTUM* DEVIDO A TÍTULO DE LUCROS CESSANTES. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE QUE RESTOU CONSAGRADO PELO ART. 402, DO CÓDIGO CIVIL, COM O PROPÓSITO DE MENSURAR A PERDA DO GANHO ESPERÁVEL. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA SÚMULA Nº 215, DESTE E. TJRJ, ADOTANDO, NO CASO, O PARÂMETRO DE SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS, TENDO EM CONTA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA AUTORA. PERDAS CONCERNENTES AO PONTO COMERCIAL E AOS MATERIAIS AVARIADOS QUE MERECEM A APROPRIADA QUANTIFICAÇÃO, POR MEIO DE ELEMENTOS OBJETIVOS E SEGUROS, EM DETRIMENTO DA SIMPLES ADOÇÃO DO VALOR INDICADO PELA

DEMANDANTE, SEM MAIOR EMBASAMENTO. RESPECTIVA COMPENSAÇÃO QUE DEVE, PORTANTO, SER APURADA EM LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO, NOS MOLDES DO ART. 81, §3º, DO CPC/15. DANO MORAL CONFIGURADO EM VIRTUDE DOS SOFRIMENTOS CAUSADOS À VÍTIMA, QUE PRESENCIOU OS FATOS NARRADOS E PERMANECEU IMPOSSIBILITADA DE REALIZAR O SEU OFÍCIO. VALOR ARBITRADO CONDIZENTE COM A GRAVIDADE DO EPISÓDIO E DAS CONSEQUÊNCIAS VIVENCIADAS. REFORMA PARCIAL DA SOLUÇÃO DE 1º GRAU. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 390-394).

Nas razões do recurso especial, a recorrente, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, alegou violação aos arts. 402, 403, 884 e 944 do CC/2002; 373, I, 489, II, e 1.022 do CPC/2015; 165 do CPC/1973; e 14 do CDC, com base nos seguintes argumentos: **a)** omissão e falta de fundamentação no acórdão recorrido; **b)** não ficou comprovada a sua culpa no evento, o que cabia à parte recorrida demonstrar; **c)** da leitura do laudo pericial, extrai-se que o incêndio decorreu de problemas na fiação interna do estabelecimento, a quem incumbia a manutenção e conservação da instalação elétrica, incumbindo à concessionária a responsabilidade apenas até o medidor de energia. Desse modo, arguiu que deve ser afastada a obrigação de indenizar, em razão da excludente do nexo de causalidade por fato de terceiro; **d)** a recorrida não conseguiu provar que faz jus ao pagamento de lucros cessantes; e **e)** pugnou pela redução do valor fixado a título de danos morais, em observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, assim como para evitar o enriquecimento sem causa da agravada.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 428-434).

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial ante a falta de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, bem como pela incidência da Súmula 7 do STJ.

Às fls. 511-512 (e-STJ), foi proferida decisão pela Presidência desta Corte, a qual não conheceu do recurso, por falta de impugnação a todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade.

Em suas razões de agravo interno, Ampla Energia e Serviços S.A. aduz, em síntese, que impugnou especificadamente os termos da referida decisão.

No mais, repisa as mesmas razões de recurso especial.

A impugnação foi apresentada (e-STJ, fls. 533-541).

Brevemente relatado, decido.

No caso, cumpre observar que a decisão do TJRJ que negou seguimento ao recurso especial foi impugnada pela agravante, ainda que sucintamente, motivo pelo qual, com base no art. 259 do RISTJ, reconsidero a decisão de fls. 511-512 (e-STJ), tendo em vista a inaplicabilidade do disposto no art. 932, III, do CPC/2015 (art. 544, § 4º, I, do CPC/1973), e passo a novo exame do recurso especial.

Dito isso, no que concerne à alegada violação aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, observa-se que não houve a indicação pormenorizada dos pontos supostamente omitidos pela Corte de origem, tampouco acerca de quais temas a fundamentação do acórdão estaria deficiente, apresentando-se a fundamentação do recurso, no ponto, genérica, a ensejar a incidência da Súmula 284/STF.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ÓBICE DA SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTAÇÃO DE FORMA GENÉRICA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. REMOÇÃO. ATO ADMINISTRATIVO ILEGAL. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissor, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 767.496/PI, Rel. Ministro **SÉRGIO KUKINA**, Primeira Turma, julgado em 24/11/2015, DJe 11/12/2015)

No mais, o acórdão recorrido dirimiu a questão com base nos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 377-380 - sem grifos no original):

A autora objetiva a responsabilização da demandada pelos danos de natureza moral e patrimonial, suportados em decorrência de incêndio, provocado por funcionários desta, que ocasionou a destruição do salão de beleza de titularidade da demandante.

Postula a concessionária apelante a reforma da sentença que julgou procedente em parte o pedido, destacando que a autora não logrou comprovar sua responsabilidade pela ocorrência dos danos alegados.

Cuida-se de relação de consumo, hipótese subsumida à Lei nº 8.078/90, aplicando-se, por conseguinte, os princípios ali dispostos, em especial o da boa-fé objetiva e o do equilíbrio dos contratos, bem como, o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado, além do direito deste à efetiva prevenção e reparação de danos morais e patrimoniais, uma vez nítida a relação consumerista travada com o destinatário final, de acordo com os arts. 3º, § 2º, e 2º, todos do citado diploma.

Nesse sentido é o verbete de Súmula nº 254, deste E. Tribunal de Justiça, *in verbis*:

“Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor à relação jurídica contraída entre usuário e concessionária.”

Ademais, não se olvide que, na qualidade de concessionária de energia elétrica, a demandada se sujeita ao regramento legal e constitucional que disciplina a prestação do serviço público, o qual deve ser proporcionado de forma adequada, satisfazendo condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e generalidade, entre outras (art. 6º, *caput*, e §1º, da Lei nº 8.987/95), incidindo, igualmente, a regra inserta no art. 22, do CDC, quanto à adequação, eficiência e segurança na exploração de suas atividades.

Não obstante, trata-se de hipótese atinente a responsabilidade civil que, nos termos do art. 37, §6º, da Constituição Federal, combinado com o art. 14, do CDC, é objetiva, fundada na teoria do risco administrativo, somente podendo ser afastada por um dos motivos que excluem o próprio nexo causal, ou seja, fato exclusivo da vítima, caso fortuito ou força maior, que no caso não resultaram evidenciados.

Da análise das provas coligidas, conclui-se haver a recorrida comprovado a falha do serviço. Assim é que, a qualidade de locatária do imóvel em questão restou demonstrada mediante o respectivo contrato de fls. 19/22, celebrado aos 17/11/2006, e rescindido conforme o termo de fls. 24, em 14/03/2010; bem como o exercício da atividade, por meio do alvará de localização expedido pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo a fls. 23, embora sua emissão date de 25/07/2007, com validade de 2 (dois) anos, sem provas de sua renovação, irrelevante, na espécie.

A ocorrência do evento danoso, da mesma forma, encontra esteio no laudo de exame do local do incêndio, lavrado pelo Serviço de Perícia Criminal do Departamento de Polícia Técnico-Científica a fls. 28/32, alcançando a conclusão abaixo transcrita:

“tal incêndio (...) decorreu de acidente elétrico (curto-circuito) na fiação destinada ao abastecimento de energia elétrica da loja e junto ao medidor de consumo de energia. Importa ressaltar que, na ocasião do início do incêndio, uma equipe técnica da

Ampla realizava testes na fiação de abastecimento de energia elétrica no interior da loja em referência, mais precisamente no local onde teve início o sinistro e, a que tudo indicava, por erro(s) operacional(ais) de tal equipe foi provocado o incêndio”. Demais disso, em perícia realizada pelo Centro de Pesquisas, Perícias e Testes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, exarou-se o seguinte parecer:

“o incêndio teve como causa um fenômeno termelétrico, do tipo curto-circuito, ocorrido durante a operação dos técnicos da empresa AMPLA Energia e Serviços S.A. nas fiações a serem fixadas no relógio de energia do estabelecimento. O curto-circuito gerou um intenso aumento da temperatura dos materiais combustíveis localizados contiguamente à caixa do relógio de energia, vindo estes materiais a atingir seus pontos de combustão, caracterizando a gênese do incêndio.

Que, após seu início, as chamas propagaram-se de forma radial e ascendente, pelos materiais e cômodos do estabelecimento (...), alcançando, pelo efeito chaminé, os vãos que interligavam a loja com os cômodos dos andares superiores, inferindo destruição às salas comerciais contíguas à loja”

Demais disso, restou produzida prova pericial por profissional designado pelo Juízo sentenciante, em cujos trabalhos de fls. 211/220, concluiu que:

“o fato causador do curto circuito, que antecedeu ao sinistro em questão, que atingiu a sala ocupada pela Autora, deveu-se à imperícia dos técnicos da empresa Ré, que realizavam testes elétricos na entrada de energia do estabelecimento comercial T. P. CEOLAN BAZAR E HORTIFRUTI LTDA. ME., comércio este que ocupava uma das lojas térreas do prédio onde a Autora possuía um fundo de comércio (salão de beleza).”

Observe-se que, conforme a certidão de fls. 248, a ré não se manifestou acerca da citada perícia judicial, havendo insistido na produção de prova testemunhal (fls. 271), sendo que, instada a apresentar o respectivo rol, de acordo com o despacho de fls. 251, novamente quedou-se inerte, o que foi igualmente certificado a fls. 253.

Portanto, comprovado o nexo de causalidade entre o acidente e os danos materiais suportados pela recorrida, exsurgem os elementos norteadores do dever de indenizar, mercê do que restou comprovado, não havendo a ré se desincumbido de demonstrar qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito, ônus que lhe cabia, a teor do art. 373, II, do CPC/15, passando-se, portanto, à análise da extensão dos prejuízos suportados pela autora.

A propósito, sublinhe-se que os danos materiais, neles inseridos os lucros cessantes e as perdas e danos, não se presumem, devendo ser cabalmente especificados, quantificados e comprovados, inadmitindo-se o reconhecimento de danos hipotéticos.

Nesse contexto, os gastos referentes à locação de espaço para a guarda dos materiais que equipavam o estabelecimento, restaram

demonstrados através dos recibos de fls. 93/104, emitidos pela Academia Universidade do Sport, abrangendo os meses de agosto de 2008 a julho de 2009, somando a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sem que a demandada tenha comprovado a aduzida situação de inatividade da referida pessoa jurídica perante a Receita Federal.

Quanto aos valores supostamente vertidos ao pagamento dos alugueres da sala comercial onde localizado o salão, no entanto, apesar de constar dos autos o respectivo contrato de locação a fls. 19/22, celebrado aos 17/11/2006, assim como a rescisão em decorrência do incêndio a fls. 24, subscrita aos 17/10/2010, não há qualquer comprovante dos desembolsos referentes ao período em que o imóvel restou inutilizado. Portanto, não se justifica a condenação, nesse aspecto.

No que tange aos lucros cessantes e à perda do ponto comercial, uma vez reconhecido o dever de indenizar, em observância ao princípio da reparação integral, não devem ser afastados, ao argumento da impossibilidade de apuração do montante devido, ante a inexistência de documentos contábeis aptos a demonstrar o faturamento de atividade empresária exercida pela inquilina do local atingido, não se prestando a essa finalidade as tabelas acostadas pela autora a fls. 118/119, por se tratarem de documentos informais.

Como cediço, o art. 402, do Código Civil, consagrou o princípio da razoabilidade ao caracterizar o lucro cessante, consoante pode-se constatar de sua dicção:

“Art. 402. Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.”

Nos termos do dispositivo supramencionado, pode-se afirmar que a indenização pecuniária há de ser medida pela diferença entre a situação em que o ato ilícito deixou o lesado e aquela em que ele se encontraria se não houvesse sofrido o dano.

Assim é que, tais prejuízos decorrem da frustração de um ganho certo, baseado na impossibilidade da prática das atividades habitualmente desenvolvidas pela autora em função do ilícito em comento, cujo *quantum* deve corresponder à perda dos ganhos médios que teria durante o período em que ficou impedida de exercer sua profissão e por isso de auferir lucros dela resultantes.

Nesse contexto, tratando-se o local de um pequeno salão de beleza, situado em área comercial do Município de São Gonçalo, afigura-se razoável considerar auferir a demandante um lucro esperado de no mínimo 2,5 (dois e meio) salários mínimos vigentes, caso não tivesse ocorrido o ilícito, na falta de elementos concernentes à renda auferida, usando como analogia a orientação para o reconhecimento do direito ao pensionamento à vítima de evento danoso, consolidado na Súmula nº 215, desta E. Corte, reproduzida a seguir:

“A falta de prova da renda auferida pela vítima antes do evento danoso não impede o reconhecimento do direito a pensionamento, adotando-se como parâmetro um salário mínimo mensal.”

Demais disso, além de estar definida a incidência do lucro cessante

nas soluções proferidas nas fases de conhecimento, a única possibilidade de seu afastamento seria a de o réu afirmar estar a autora a experimentar prejuízos em seu pequeno negócio, ônus que se lhe atribuiria no sistema de repartição de provas, do qual não logrou se desincumbir.

Desse modo, atentando-se aos argumentos trazidos pela insurgente e ao fundamento (acima destacado) adotado pela Corte estadual, verifica-se que este não foi objeto de impugnação específica nas razões do recurso especial. Assim, a manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Além disso, a alteração do entendimento do TJRJ, o qual, levando em consideração especialmente a prova pericial dos autos, concluiu pela falha na prestação do serviço, bem como pela ausência de excludente do nexo de causalidade e da comprovação ao pagamento dos lucros cessantes, demandaria o revolvimento dos elementos fático-probatórios dos autos, o que não é possível nessa esfera recursal, tendo em vista o óbice da Súmula 7/STJ.

Quanto ao valor da condenação por danos morais, registra-se que "a intervenção desta egrégia Corte para alterar os valores fixados pelas instâncias ordinárias a título de reparação por danos morais somente se justifica nas hipóteses em que estes se mostrem ínfimos ou exorbitantes, não sendo este o caso dos autos" (AgRg na Rcl n. 4.847/SE, Rel. Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe 17/2/2011).

Na hipótese, a quantia arbitrada em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) não se afigura exorbitante, o que torna inviável o recurso especial, no ponto, nos termos da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. DANOS MORAIS. MINORAÇÃO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. JUROS DE MORA. SÚMULA 54 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência consolidada neste Superior Tribunal

de Justiça, a revisão de indenização por danos morais só é possível em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo, de modo a afrontar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Ausentes tais hipóteses, como no caso, em que a indenização foi fixada em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) incide a Súmula n.º 7 do STJ, a impedir o conhecimento do recurso.

[...]

3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.286.801/MS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 25/9/2018, DJe 28/9/2018)

Ante o exposto, conheço do agravo, mediante juízo de reconsideração, para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 2% sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator